CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Política de Atenção ao Primeiro Grau

Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

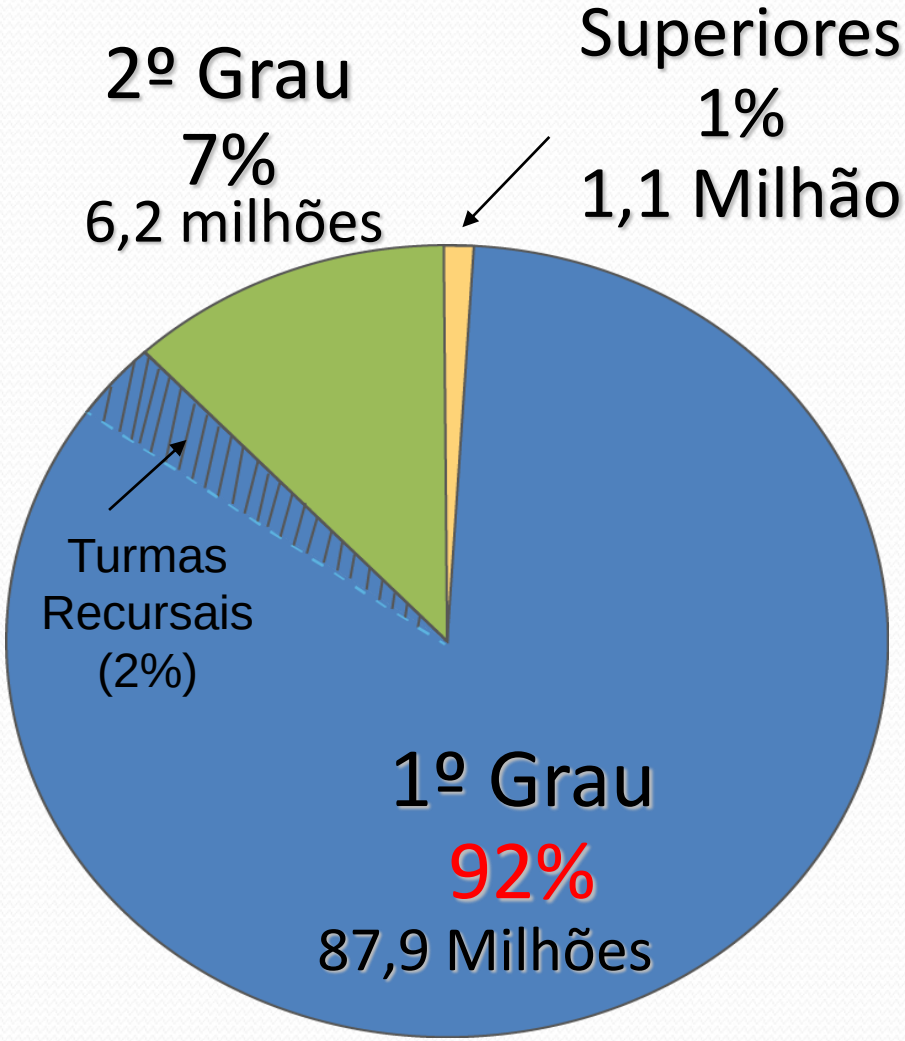
1ª Reunião da Rede de Priorização do Primeiro Grau
Brasília-DF, 05/05/2015

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Justiça em números 2013

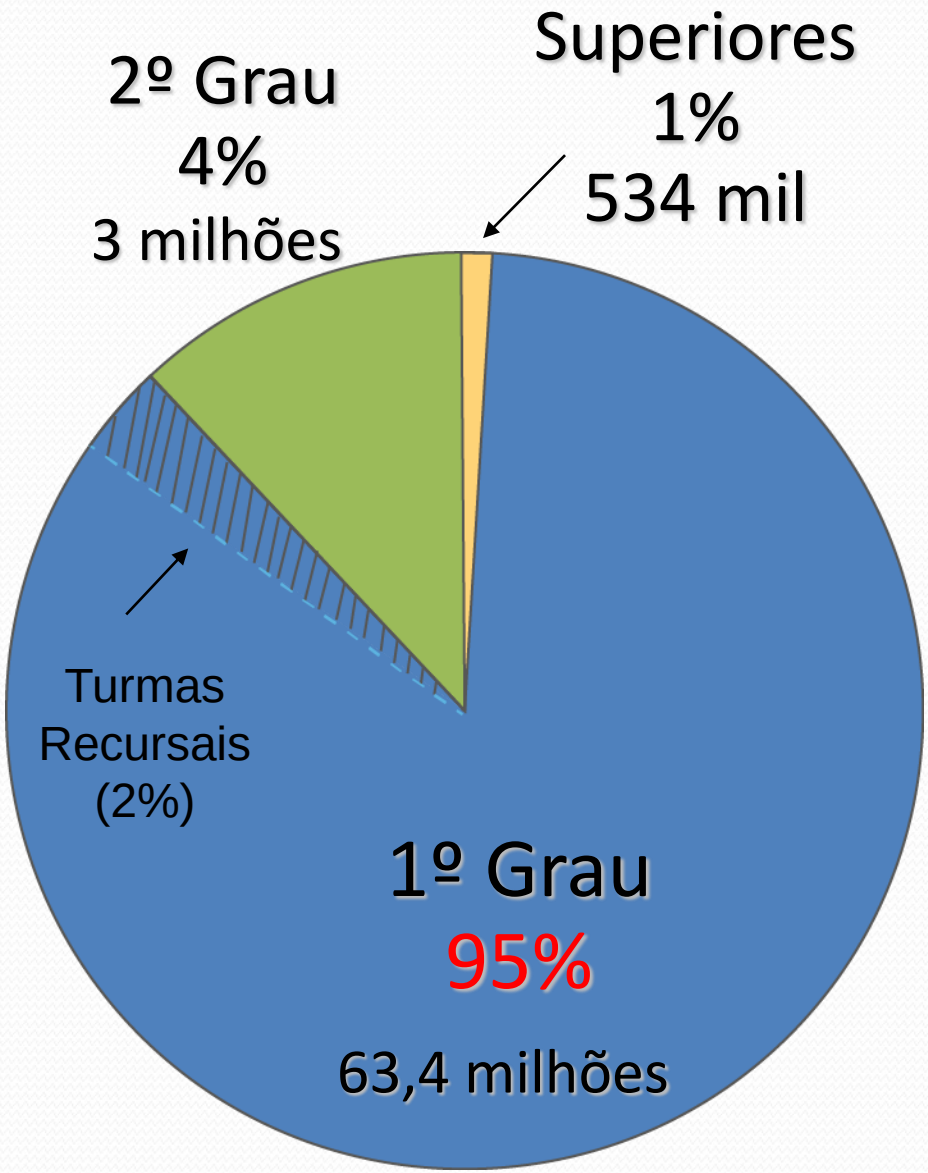
Seminário Justiça em Números 2014 - Ano base 2013

Em Tramitação: 95 milhões (Casos Novos + Pendentes)



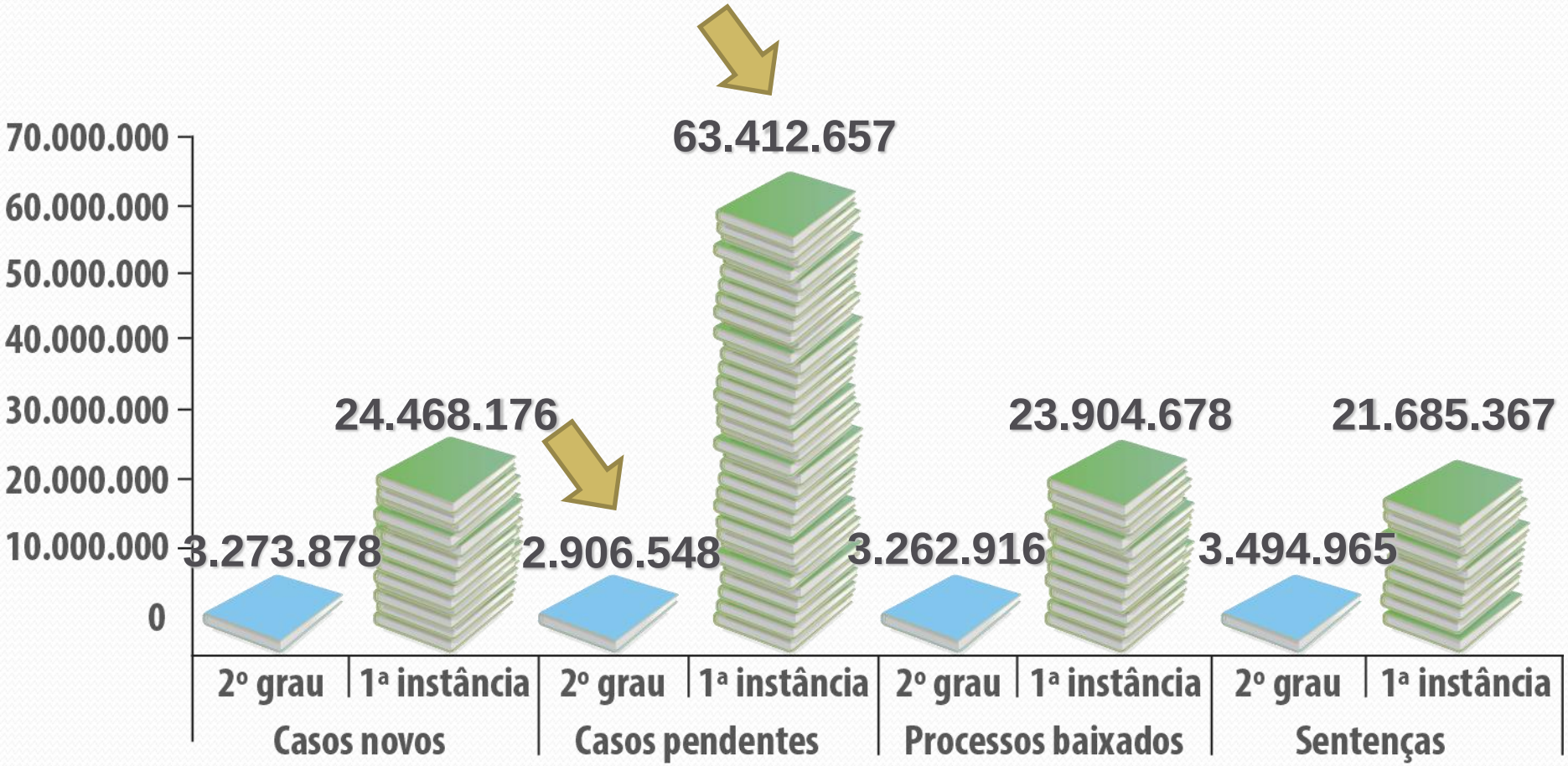
CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PENDENTES: 66,8 milhões



CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

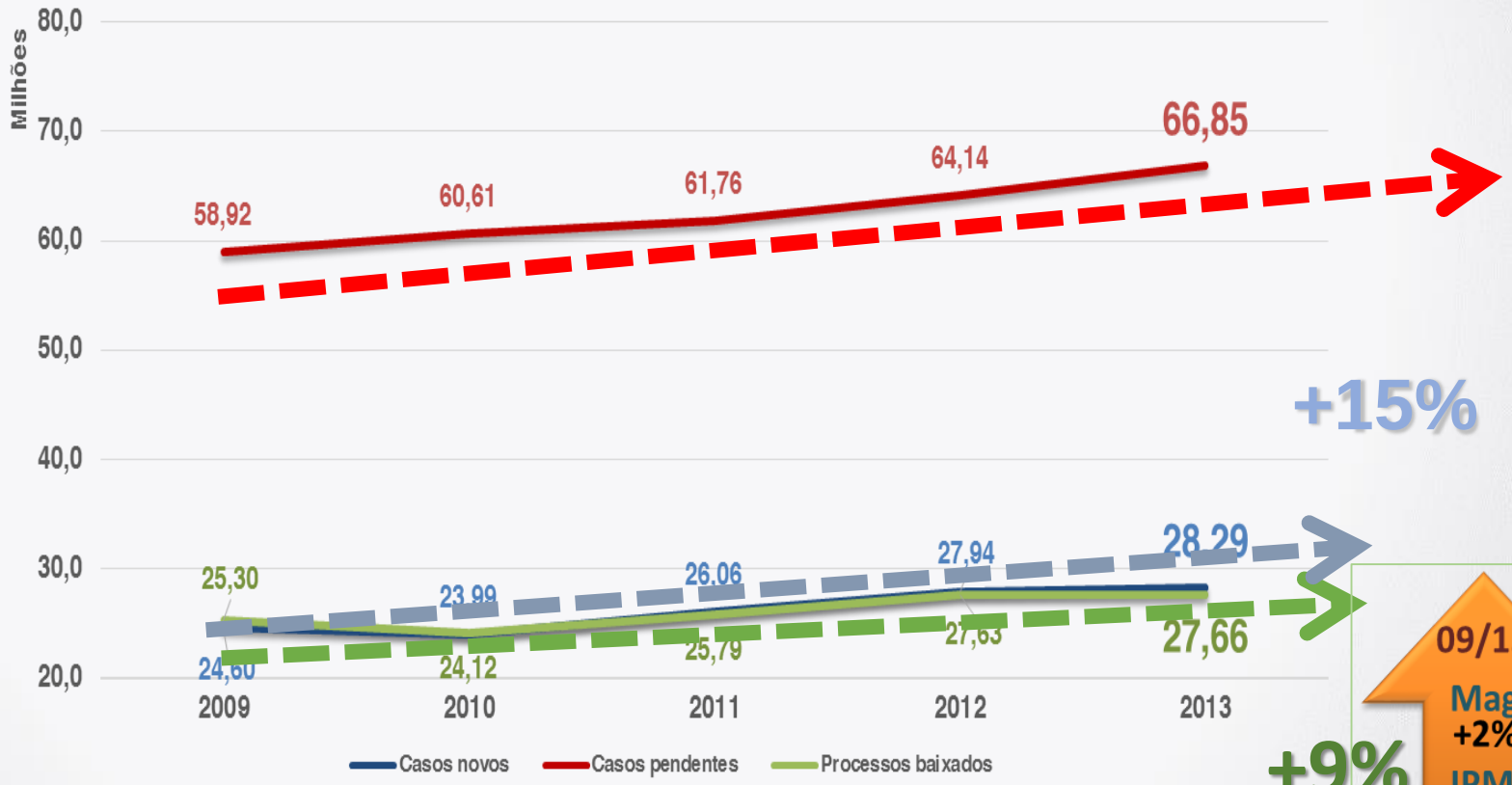
Litigiosidade



Casos Novos x Baixados x Pendentes

Total da Justiça

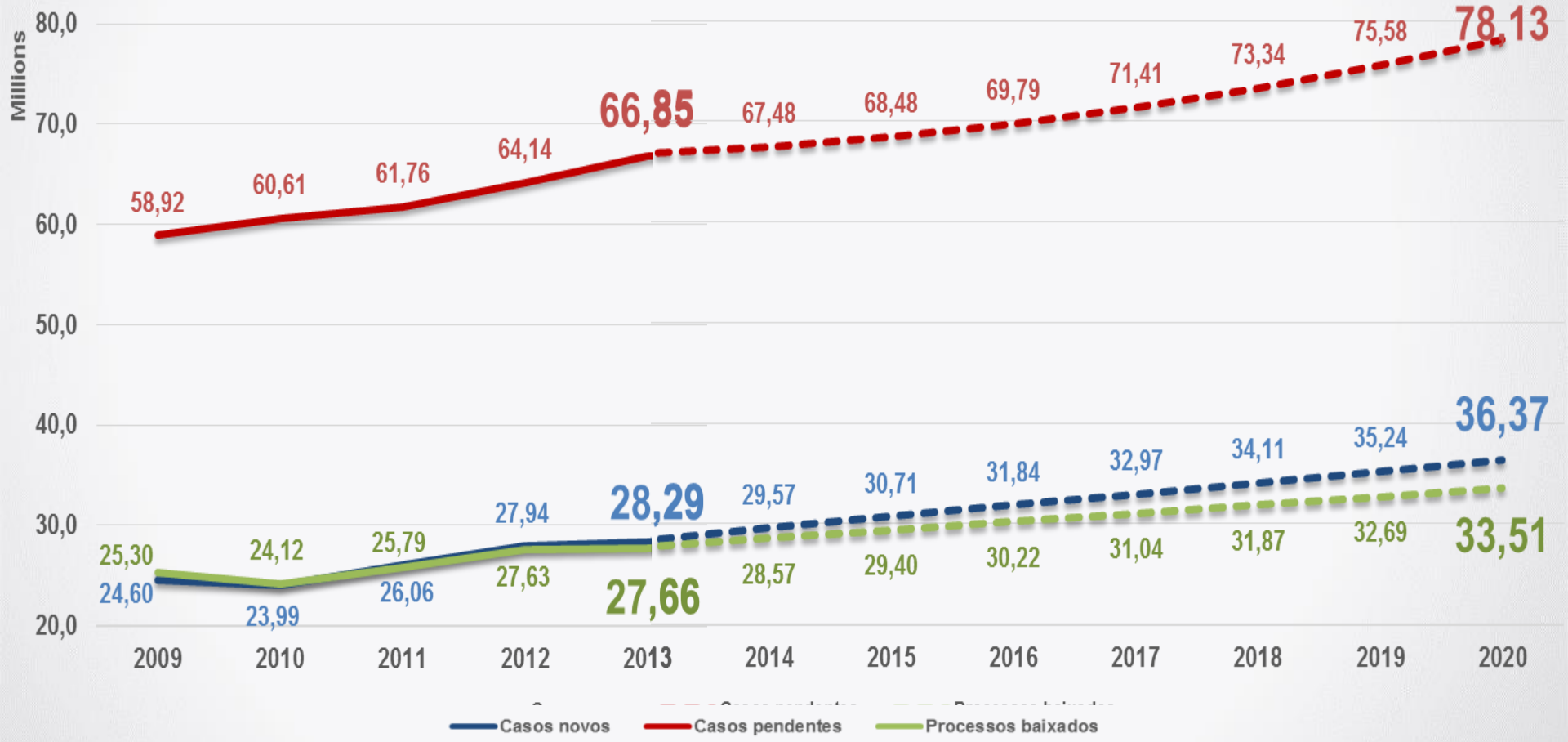
Série histórica



CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Casos Novos x Baixados x Pendentes
Total da Justiça

Série histórica



CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Taxa de congestionamento

1ª grau
73%

2º grau
47%

Carga de Trabalho

Mag 1º grau
6.461

Serv 1º grau
497

Mag 2º grau
3.151

Serv 2º grau
227

INDICE DE PRODUTIVIDADE

IPM 1º grau
1.702

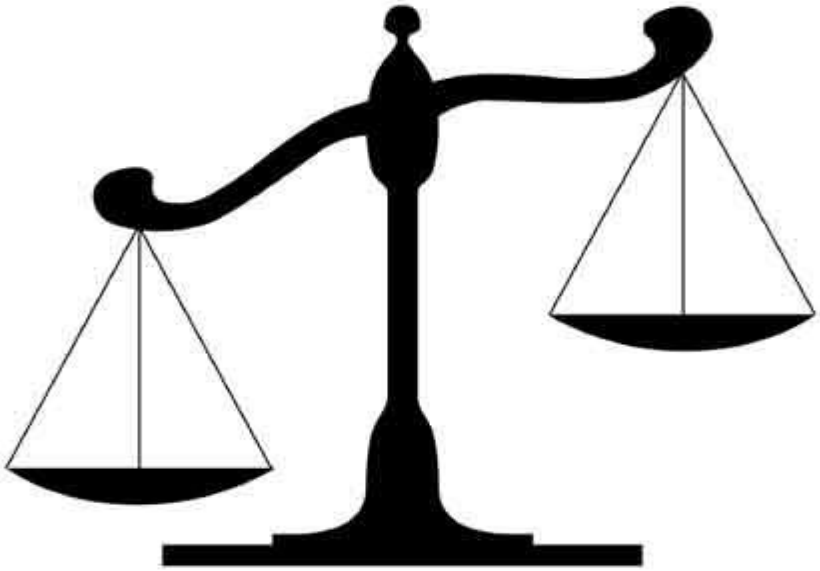
IPS 1º grau
131

IPM 2º grau
1.416

IPS 2º grau
102

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Conclusão óbvia



Melhorar o Judiciário

=

Melhorar o 1º grau.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Política de Atenção ao 1º Grau

Um novo olhar...

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Primeiros Passos

É diretriz estratégica do Poder Judiciário, a orientar programas, projetos e ações dos planos estratégicos dos tribunais, aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo graus.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Primeiros Passos

Meta 3: Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Primeiros Passos

... e consulta pública

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

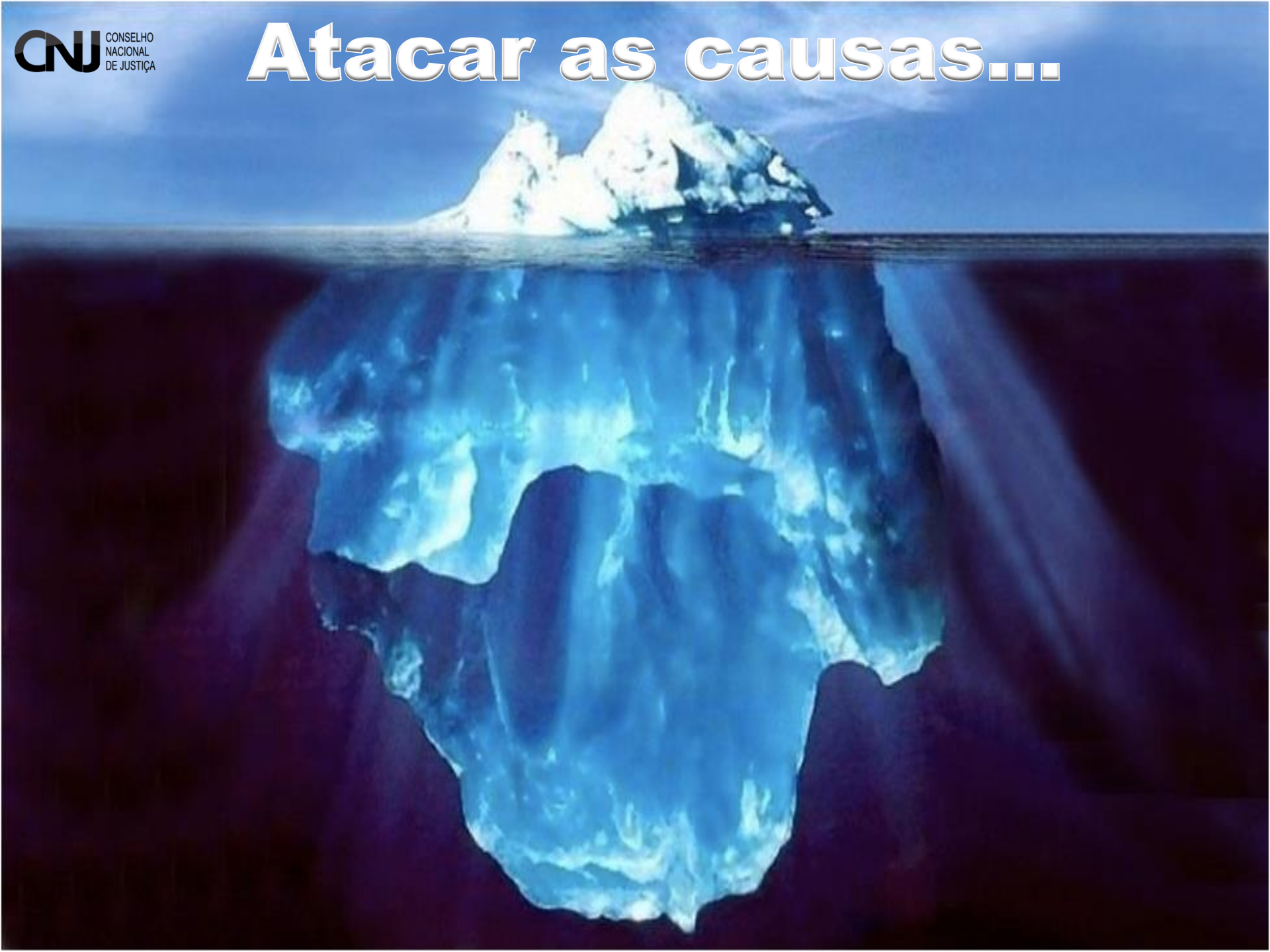
Resolução CNJ 194

- **“Marco Regulatório” - perenizar**
- **Define linhas de atuação (diretrizes)**
- **Institui a Rede de Priorização**
- **Confere estrutura (Comitê Gestor Local, equipes de trabalho e orçamento)**
- **Plano de Ação**

Caráter cogente.....

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Atacar as causas...



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Premissa

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Resolução CNJ 194 (da teoria à prática)

“O CNJ e/ou os tribunais poderão estabelecer indicadores, metas, programas, projetos e ações vinculados a cada linha de atuação”. (Resolução CNJ 194, art. 2º, parágrafo único).

Plano de Implementação

(Práticas de Gestão de Projetos)

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

9 LINHAS DE ATUAÇÃO

- Alinhamento com o plano estratégico
- Equalização da força de trabalho
- Adequação Orçamentária
- Governança Colaborativa
- Infraestrutura e Tecnologia
- Prevenção e Racionalização de Litígios
- Diálogo social e Institucional
- Formação Continuada
- Estudos e Pesquisas

Indicador

Meta

Programas, Projetos e Ações

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Alinhamento com o Plano Estratégico

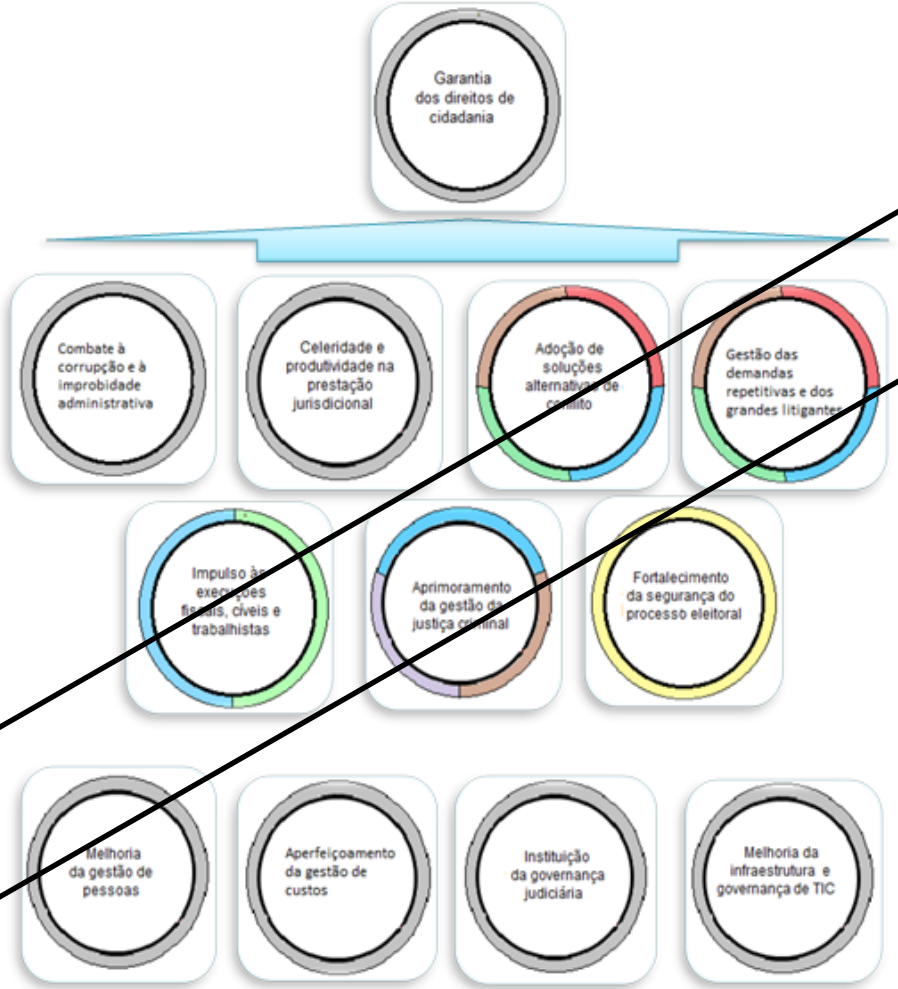
Resolução CNJ n. 198

A ESTRATÉGIA JUDICIÁRIO 2020

2015 — Efetividade na Prestação Jurisdicional — 2020

TENDÊNCIAS ATUAIS

- ✓ Incentivo às soluções alternativas de litígio
- ✓ Aumento da quantidade de julgados
- ✓ Julgamento de processos antigos
- ✓ Melhoria do sistema criminal
- ✓ Profissionalização da gestão
- ✓ Intensificação do uso de tecnologia da informação
- ✓ Probidade e combate à corrupção



CENÁRIO DESEJADO

- ✓ Justiça mais acessível
- ✓ Desjudicialização
- ✓ Descongestionamento do Poder Judiciário
- Probidade pública
- ✓ Justiça tempestiva
- ✓ Garantia da legitimidade do sistema eleitoral
- ✓ Maior racionalização do sistema judicial
- ✓ Melhoria do sistema de segurança pública
- ✓ Valorização profissional
- ✓ Melhoria da qualidade do gasto público
- ✓ Equalização das estruturas de 1º e 2º Grau de Jurisdição
- ✓ Disseminação da "Justiça Eletrônica"

TODOS OS SEGMENTOS | FEDERAL | TRABALHO | ELEITORAL | STJ | ESTADUAL | MILITAR

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

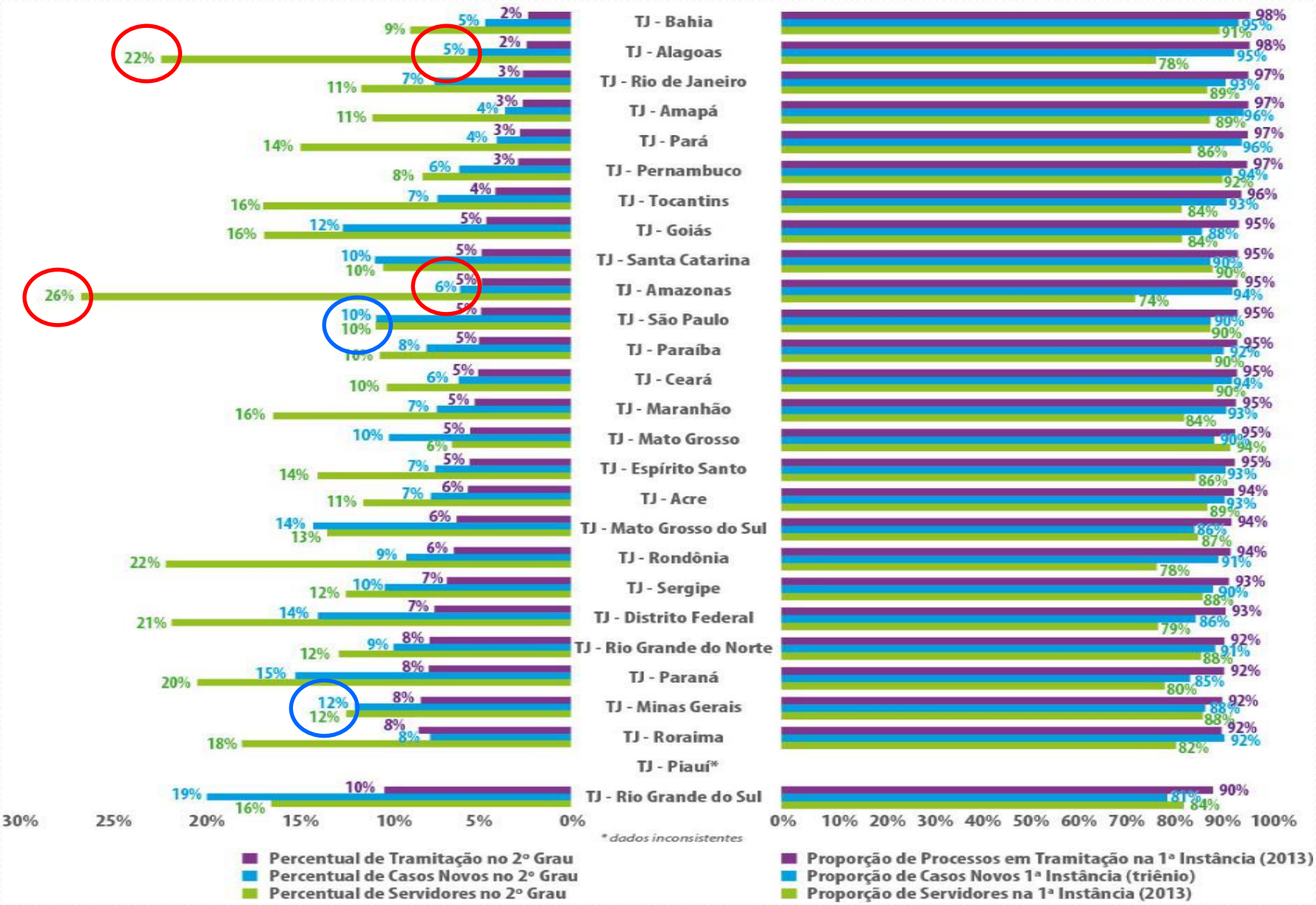
Diretriz Estratégica

É diretriz estratégica do Poder Judiciário, a orientar programas, projetos e ações dos planos estratégicos dos tribunais, aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo graus

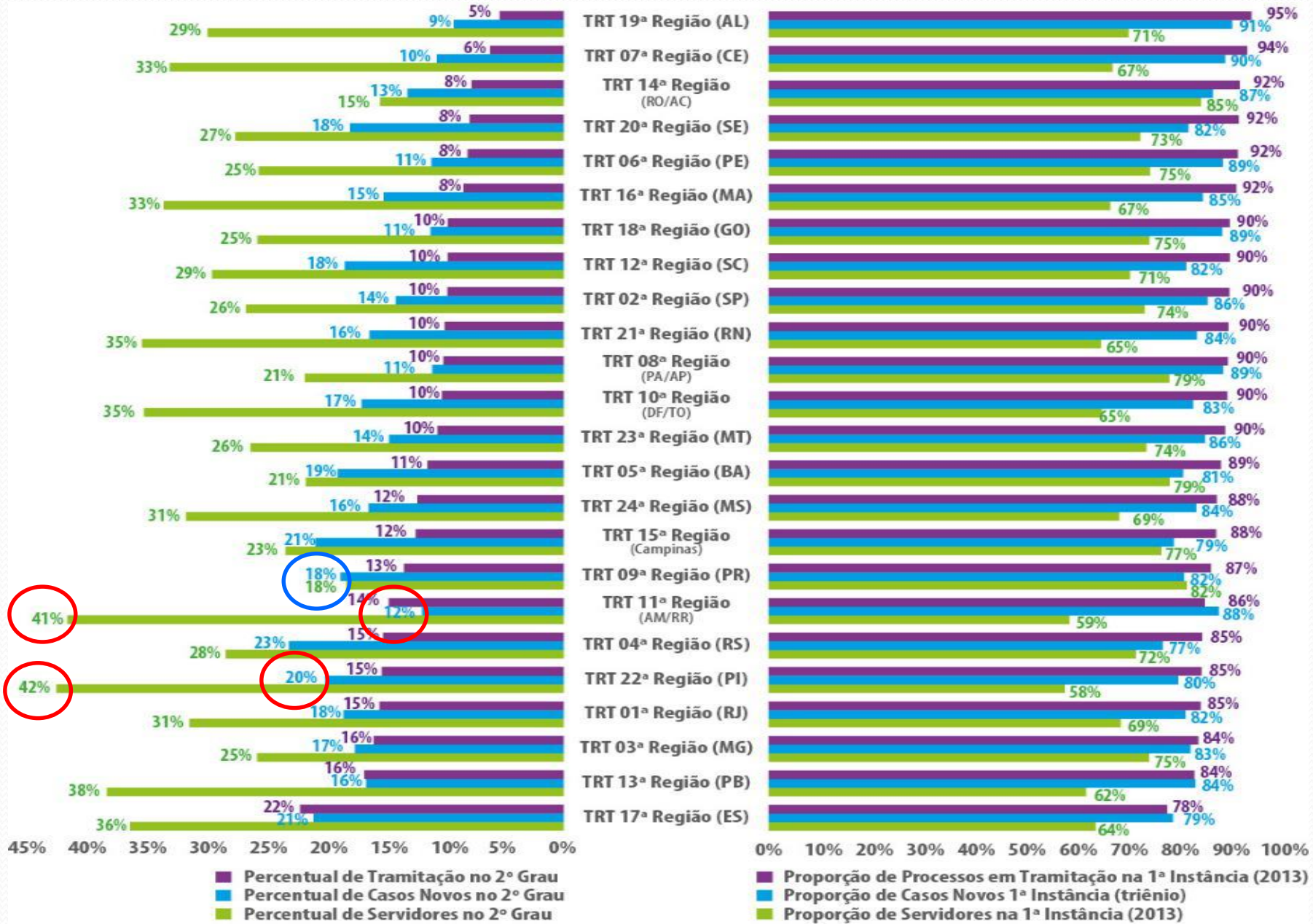
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Equalização da Força de Trabalho

Tramitação x Casos Novos x Servidores 1º Grau
Justiça Estadual



Tramitação x Casos Novos x Servidores 1º Grau
Justiça do Trabalho



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Metodologia e critérios objetivos para lotação proporcional de servidores, CJ e FC

Proposta de Resolução

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Distribuição de pessoas...

...solidária, colaborativa e flexível

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Adequação Orçamentária

Resolução CNJ N. 195

Distribuição do Orçamento

CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO EQUÂNIME O ORÇAMENTO ENTRE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

- **Publicidade da proposta orçamentária e da execução orçamentária, por grau de jurisdição, nos sites dos tribunais.**

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A nova gestão orçamentária...

...transparente e colaborativa

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Investimento X Resultado

Distribuição do Orçamento
Primeiros Resultados

ORÇAMENTO (DISCRICIONÁRIO) DISPONIBILIZADO PELA JT e JF PARA O 1º GRAU EM 2015

Justiça Federal
1,1 bi

Justiça do Trabalho
1,25 bi (83,1%)

Valores publicados nos sites dos tribunais

Distribuição do Orçamento

ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA O PRIMEIRO GRAU EM 2015

Justiça dos Estados
8,7 bi (90%)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Governança Colaborativa

Descentralizar, democratizar, engajar e comprometer

Empowerment

Governança Colaborativa

- **Da Estratégia (Res. CNJ n. 70 e 198)**
- **Da Política de Atenção ao Primeiro Grau (Res. CNJ n. 194)**
- **Do orçamento (Res. CNJ n. 195)**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Modelo de Gestão

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Prevenção e Racionalização de Litígios

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Infraestrutura e Tecnologia

Plano de Obras e de Modernização

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Diálogo social e institucional

100 Maiores Litigantes
Responsabilidade Judicial das Corporações

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Formação Continuada

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Formação Continuada

- Direcionamento prioritário do orçamento das escolas para cursos destinados a magistrados e servidores de 1º grau

- Foco na gestão processual e nas competências relacionadas à área de atuação

- Fomento ao estudo de casos

- Incentivo aos projetos aplicados.

E a necessidade de integrar as Escolas Judiciais

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Estudos e Pesquisas

Parcerias + Escolas Judiciais

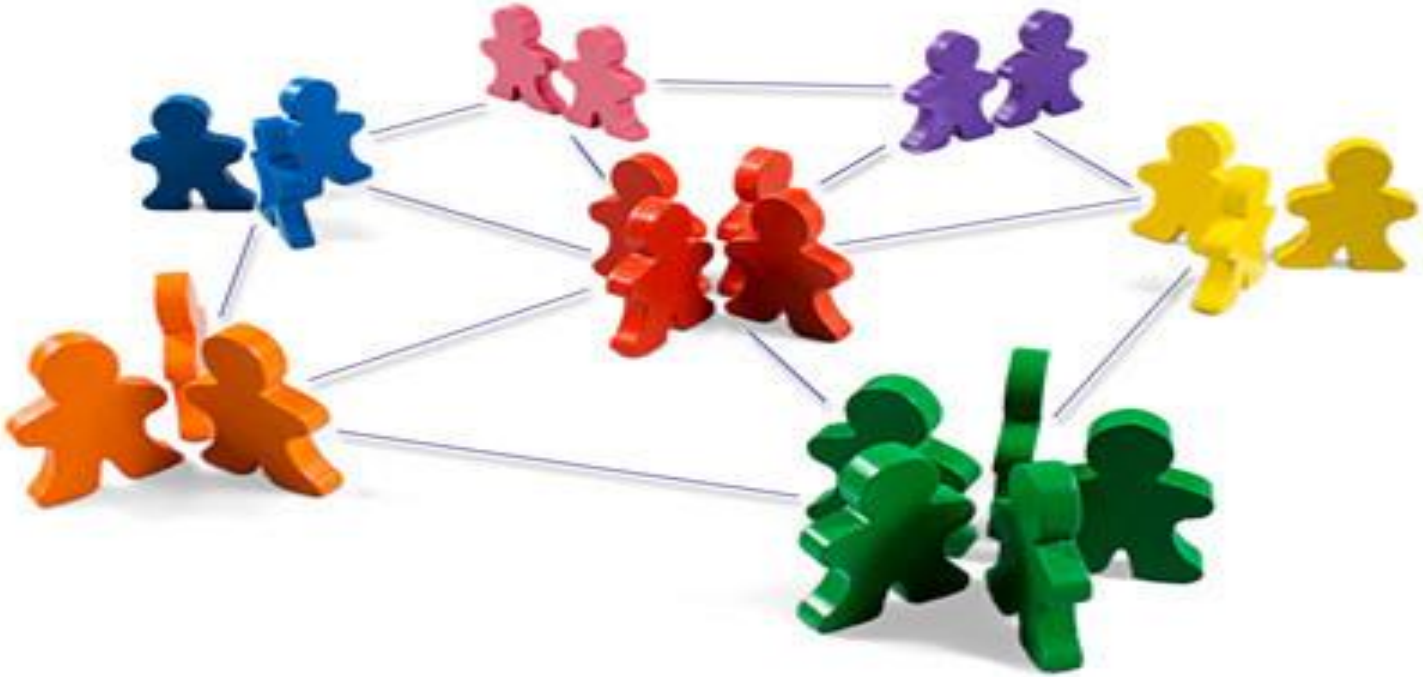
Em Busca de Conhecimento

- Pesquisas sobre “Demandas Repetitivas e a Morosidade Na Justiça Cível Brasileira” (CNJ ACADÊMICO)

Disponível em: http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/cnj-pesquisa

CNJ
Conselho Nacional de Justiça

GOVERNANÇA DA POLÍTICA



REDE DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU

COMITÊ GESTOR NACIONAL

OS COMITÊS GESTORES REGIONAIS

… e a sua legitimidade.

O PAPEL DOS COMITÊS GESTORES

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Próximos Passos

- *Acompanhar o Cumprimento das Resoluções CNJ 194 e 195*
- *Construir, compartilhar e implementar os planos de ação*
- *Instituir e monitorar o plano nacional de implementação (com indicadores, ações e possíveis metas)*
- *Mensurar resultados em cada linha de atuação*

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Cumprimento da Resolução 194 (Comitê Regional, Representante na Rede e Plano de Ação)

- *Cumpriram em parte ou integralmente: 78 tribunais.*

- *Não cumpriram nenhum item:* 22 tribunais.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Cumprimento da Resolução 195 (Comitê Gestor e Publicação)

- *Cumpriram a publicação PLOA: todos os tribunais da União + 11 TJs*

- *Informaram Comitê Gestor: 13 TRT, 17 TJ e 2 TJM*

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ está à disposição para eventuais dúvidas

Objetivos da Reunião

- *Compartilhar iniciativas existentes (planos de ação);*

- *Eleger principais iniciativas (ações) locais e nacionais, vinculadas a cada linha de atuação;*

- *Discutir indicadores para mensurar os resultados da Política (em cada linha de atuação).*

Planos de ação e contatos dos comitês estão disponíveis no site do CNJ

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Resultados Esperados

- *Aprimorar os Planos de Ação dos Tribunais;*

- *Subsidiar a construção do Plano Nacional de Implementação;*

- *Permitir a definição de metas internas;*

- *Fomentar a concretização de Política.*

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

OBRIGADO!

Plano de Comunicação

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PLANO DE COMUNICAÇÃO

POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DA JUSTIÇA

A CAMPANHA

O quê?

Campanha de divulgação institucional para informar, mobilizar, sensibilizar e divulgar a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Por que?

Demonstrar a preocupação com o Poder Judiciário e com o aperfeiçoamento dos serviços de primeira instância.

Para quem?

Juízes e Servidores do Poder Judiciário.

Objetivos

- Divulgar a Rede de Priorização do 1º Grau e os Comitês Regionais.
- Explicar o que é e como funciona a Rede e os Comitês Regionais.
- Demonstrar as ações e iniciativas da Rede para alcançar a meta de valorização do 1º Grau.
- Mobilizar juízes e servidores a participarem dos Comitês Gestores Regionais, assim como executar suas propostas.
- Divulgar informações, como prazos, locais e procedimentos para colaborar com a Rede.

Personalidade da Campanha

Identidade Visual

Priorização
do 1º Grau
da Justiça
A nossa meta é você

Peças da Campanha

www.cnj.jus.br/priorizacao1grau

Assessoria de imprensa

44 reportagens da Agência CNJ

3 matérias das Assessorias de Comunicação dos Tribunais

CARTAZ

Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Fale com o Comitê Gestor do seu Tribunal!

Saiba mais em **www.cnj.jus.br/priorizacao1grau**

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Poder Judiciário da União

TJDFT Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

FLYER

Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

O Conselho Nacional de Justiça, em conjunto com os Tribunais brasileiros, lança a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau. O programa visa aperfeiçoar os serviços do judiciário e equalizar o orçamento entre as esferas da justiça. Os recursos humanos, patrimoniais e de tecnologia da informação também serão foco do aperfeiçoamento.

O CNJ quer valorizar você, profissional que atua no Primeiro Grau da Justiça, melhorar suas condições de trabalho e aumentar a qualidade e eficiência do Poder Judiciário.

A gestão da Política Nacional é realizada pela Rede de Priorização do Primeiro Grau, que é composta por representantes de todos os tribunais brasileiros, e coordenada pelo CNJ. Cada tribunal tem o seu Comitê Gestor, que é responsável pela implementação da Política Nacional.

Procure o Comitê Gestor do seu tribunal e apresente suas propostas!

Saiba mais em
www.cnj.jus.br/priorizacao1grau

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Poder Judiciário da União

FASES DA CAMPANHA

1ª Fase: Mobilização (dois meses após o evento)

- Rede de comunicação: Secretaria de Comunicação do CNJ e Assessorias de Comunicação dos Tribunais.
- Produção e distribuição dos materiais publicitários.
- Matérias jornalísticas.
- Divulgação nacional dos comitês de priorização.
- Vídeo institucional do presidente do CNJ.

FASES DA CAMPANHA

2ª Fase: Sensibilização (segundo semestre 2015)

- Distribuição de materiais publicitários.
- Vídeos com depoimentos que mostrem a situação da Justiça de primeiro grau.
- Matérias jornalísticas.
- Divulgação das boas práticas já implementadas.

FASES DA CAMPANHA

3ª Fase: Resultados (primeiro semestre 2016)

- Divulgação antes e depois.
- Divulgação da atuação dos comitês de priorização.
- Divulgação das ações em prol da priorização.
- Vídeos e matérias jornalísticas.

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

OBRIGADA!